


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005456-91.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **CLAUDINEI GREGORIO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

CLAUDINEI GREGORIO (R. G. 28.298.640-6), qualificado nos autos, foi denunciado e pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, inciso I, c. c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque no dia 26 de agosto de 2012, por volta de 00h05, na Rua Gastão Vieira, , nº 1017, bairro Romeu Tortorelli, nesta cidade, mediante golpes de marreta, tentou matar, por motivo torpe, **Elaine Aparecida Parra Rua**, com quem convivia maritalmente, causando-lhe lesões corporais de natureza grave que estão descritas no laudo de exame de corpo de delito de fls. 68 e 123..

O processo teve perseguidos seus trâmites legais e, no julgamento perante o Tribunal do Júri, os jurados afastaram a ocorrência do crime de tentativa de homicídio, desclassificando o fato para o crime de lesões corporais (fls. 289/290).

O Ministério Público deixou de oferecer proposta de suspensão condicional do processo por se tratar de crime envolvendo violência doméstica, que não permite a aplicação desse instituto, opinando pela condenação do réu no crime reconhecido (fls. 294/296). A defesa insistiu no benefício da suspensão condicional do processo, sugerindo que a proposta fosse feita de ofício pelo Juízo (fls. 298/309).

É o relatório.

D E C I D O.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Com a desclassificação operada pelo Tribunal do Júri, que se torno imutável em razão da ausência de recurso e o consequente trânsito em julgado da decisão, o julgamento fica transferido ao Juiz Singular.

Réu e vítima viviam em união estável, ou amasiados com mencionam, há doze anos, resultando um filho deste relacionamento. Portanto, o crime praticado corresponde a infração decorrente de violência doméstica contra a mulher, porquanto presente a circunstância prevista no artigo 5º, inciso III, da lei nº 11.340/06.

Dispõe expressamente o artigo 41 da Lei 11.340/06 que aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplicam os benefícios previstos na Lei 9.099/95, de modo que o instituto da suspensão condicional do processo, previsto no artigo 89 desta lei e pretendido pela defesa do réu, não pode ser aplicado ao presente caso, como já vêm decidindo os Tribunais Superiores e de forma unânime.

Vejamos:

“O art. 41 da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) afastou a incidência da Lei 9.099/95 quanto aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, o que acarreta a impossibilidade de aplicação dos institutos despenalizadores nela previstos, como a suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95)” (HC 198.736/MS, rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 24/05/2011, DJe 15/06/11).

“A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido da inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica ou familiar ou familiar, em razão do disposto no art. 41 da Lei 11.340/2006” (HC 178.623/MS, Rel. Ministra Laurita Vaz, quinta turma, julgado em 09/08/11, DJe 22/08/11).

E a constitucionalidade do artigo 41 da Lei nº 11.340/06 foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica do julgado em que foi relator o Ministro Marco Aurélio, a saber:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

“Ante opção político-normativa prevista no artigo 98, inciso I, e a proteção versada no artigo 226, § 8º, ambos da Lei Constitucional Federal, surge harmônico com esta última o afastamento peremptório da Lei mnº 9.099/95 – mediante o artigo 41 da Lei nº 11.340/06 – no processo-crime a revelar violência contra a mulher” (HC 106212, rel. Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2011, processo eletrônico DJe-112, divulg. 10-06-11, public. 13-06-11, RT v. 100, n. 910, 2011, p. 307-327).

Assim, fica afastada a pretensão da defesa de concessão da suspensão condicional do processo, cujo benefício não se aplica à situação dos autos.

Examinando agora o mérito, como já mencionado, à época dos fatos réu e vítima, que viviam maritalmente, estavam se desentendendo e em vias de separação. Já tinham se separado um mês antes. Naquele dia, conforme declarações dos próprios envolvidos, novamente brigaram, especialmente porque o réu tinha muito ciúmes da vítima e esta havia saído de casa com a filha e ido a um churrasco. No decorrer dessa discussão, estando ainda alcoolizado, o mesmo pegou uma marreta e golpeou várias vezes a cabeça da vítima, deixando-a desacordada. Percebendo o que tinha feito o réu acionou a polícia e relatou o acontecido, pedindo socorro a ela e se entregando.

Autoria é certa. A materialidade também vem demonstrada nos laudos de fls. 68 e 123.

A agressividade do réu não encontra justificativa e não pode ser relevada. Indiscutivelmente, tomado de ira e ciúmes, se descontrolou e agrediu brutalmente a vítima. Ainda que esta, na discussão, tivesse contribuído de alguma forma para o seu descontrole, excedeu-se consciente e voluntariamente na resposta a qualquer insulto que pudesse ter recebido, agindo com total despropósito, motivo porque merece ser condenado.

A lesão foi grave, porque resultou para a vítima perigo de vida e incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias (fls. 123).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL e passo a fixar pena ao réu pelo delito cometido. Examinando todas as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, especialmente a culpabilidade pelo grau de reprovação da atitude do réu, as circunstâncias do ocorrido pelo emprego de objeto com grande poder ofensivo e ainda as consequências porque a vítima ficou com alguma sequela, estabeleço a pena base em dois anos de reclusão. Na segunda fase, não existindo circunstância agravante e presente a atenuante da confissão espontânea, além do comportamento manifestado pelo réu, de ter comunicado à polícia o crime cometido, entregando-se e solicitado socorro para a vítima, imponho a redução de seis meses, resultando a pena definitiva em **um ano e seis meses de reclusão**.

Tratando-se de crime praticado com violência à pessoa, não é possível a aplicação de pena substitutiva, nos termos do artigo 44 do Código Penal. Possível, entretanto, a suspensão condicional da pena, conforme dispõe o artigo 77 do Código Penal.

Condeno, pois, **CLAUDINEI GREGORIO**, à **pena de um (1) ano e seis (6) meses de reclusão**, por ter infringido o artigo 129, § 1º, incisos I e II, do Código Penal.

Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de prestar serviços à comunidade no primeiro ano, por um período de seis meses, com jornada de trinta horas por mês (art. 78, § 1º, do CP). A admonitória será realizada oportunamente.

Em caso de cumprimento da pena, o regime será o **aberto**.

P. R. I. C.

São Carlos, 05 de dezembro de 2014.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA